

28,4% da população está exposta ao risco de pobreza e exclusão social

Açores permanecem “a milhas” dos objectivos da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030

POR RUI LEITE MELO

Apesar das melhorias assinaladas face a 2023, a Região Autónoma dos Açores manteve-se em 2024 como a região do país mais vulnerável à situação de pobreza e exclusão social.

No ano passado, nos Açores, 28,4% da população estava em risco de pobreza ou exclusão social. Embora a situação tenha evoluído favoravelmente face ao ano anterior, tendo registado uma redução de 3,0 p.p., a Região continua bastante distante da média nacional, que é de 19,7%, ou seja, a uma bastante expressiva diferença de +8,7 p.p..

No entanto, a descida agora verificada interrompe a tendência de agravamento que se vinha verificando desde 2021, recuperando, mesmo que parcialmente, o percurso favorável registado até esse ano.

Isto mesmo refere o relatório “Pobreza e Exclusão Social 2025”, do (EPAN), divulgado na passada sexta-feira dia 17 de Outubro, data que assinala o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza.

Na verdade, todos os indicadores sustentam a vulnerabilidade do dito “povo açoriano”. No âmbito da pobreza monetária, a Região apresentava uma taxa de 24,2%, menos 1,9 p.p. do que em 2023, mas ainda 7,6 p.p. superior à média nacional, que era de 16,6%. Embora o alívio recente seja relevante, a existência deste diferencial, que permanece consideravelmente elevado, salienta as fragilidades estruturais do mercado de trabalho e dos rendimentos disponíveis nos açores.

Os Açores têm, igualmente, a maior taxa de risco de pobreza entre a população empregada (13,5%), +4,3 p.p. acima da média nacional (9,2%). Embora a intensidade laboral per capita aponte para uma evolução positiva, tendo, entre 2023 e 2024 descido 2,1 p.p. e ficando nos 6,8%, esta manteve-se acima do valor médio do país, que era de 4,8%. Diz o referido relatório que esta diferença sugere que, embora haja mais pessoas em situação

laboral activa face ao ano anterior, os constrangimentos ligados ao campo do emprego da Região continuam a condicionar a integração plena no mercado de trabalho.

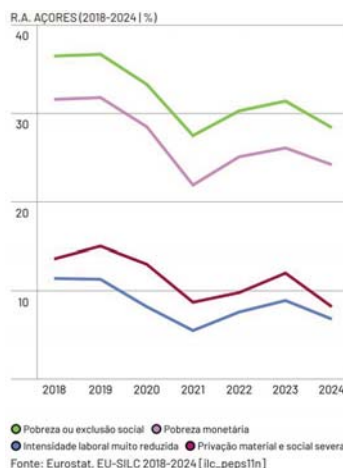
O indicador da privação material e social severa também registou uma importante melhoria, passando de 12% em 2023 para 8,2% em 2024, após os 12% de 2023, mas também permanece 3,9 p.p. acima da média nacional de 4,3%, o que confirma uma continuidade em privações e condicionalismos em diferentes itens, como o acesso a bens e serviços básicos, a qualidade da habitação ou mesmo a capacidade de suportar despesas não previstas, entre outros.

O relatório “Pobreza e Exclusão Social 2025”, analisa os dados numa perspectiva temporal mais alargada, entre 2018 e 2024. A sua leitura demonstra que a Região reduziu, de forma de expressiva, todos os indicadores em análise, embora não de forma continuada. De fato, a trajectória foi marcada por duas fases distintas, com um primeiro período de grande melhoria entre 2018 e 2021, seguido de uma inversão a partir de 2021, com agravamento dos indicadores, e finalmente, em 2024, regista-se uma inversão à linha descendente.

Conclui o relatório que, embora os resultados mais recentes revelem um alívio da vulnerabilidade social, os Açores continuam a registar distâncias estruturais muito relevantes face ao padrão nacional, confirmando a sua posição como a região de Portugal mais exposta ao risco de pobreza e exclusão social.

Aliás, a distância da Região face ao resto do país permanece ainda mais do dobro do limiar fixado pela Estratégia Nacional de Combate à Pobreza (2021-2030).

A este propósito, diz o Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza que “os Açores continuam a evidenciar uma distância estrutural persistente, que poderá exigir políticas públicas mais direccionadas e sustentadas para garantir uma convergência efectiva com os objectivos da Estratégia.



O país

Em 2024, com cerca de 1.761 mil pessoas em risco de pobreza, Portugal Integrava o grupo dos 10 países que mais contribuem em termos absolutos para o número total de pessoas em situação de pobreza na UE-27 (72.099 mil de pessoas). Este grupo é liderado pela Alemanha (12.898 mil), Itália (11.092 mil) e França (10.553 mil). Em termos de posição relativa, Portugal apresenta uma taxa de 16,6%, ligeiramente acima da média da UE (16,2%)

Na situação de exposição à pobreza e exclusão social, as mulheres continuam a ser a maioria (56%). Mais de uma em cada três pessoas que estavam em situação de pobreza, vivendo com rendimentos iguais ou inferiores a 422 euros por mês. 40% das crianças pobres viviam em agregados com estes rendimentos.

Apenas metade das pessoas em situação de pobreza, com idades compreendidas entre os 18 e os 64 anos, recebem rendimentos de prestações sociais.

Os reformados viram o seu risco de pobreza aumentar 19,9%, as pessoas com 65 ou mais anos registaram uma subida de 17,8%, e os muito idosos (75 ou mais anos) enfrentaram um agravamento de 22,7%, pormenoriza a EAPN, que acrescenta que 22,3% dos reformados, 23,8% das pessoas com 65 anos ou mais e 26,5% dos idosos com 75 anos ou mais estavam em risco de pobreza ou exclusão social.

As áreas rurais e pouco povoadas continuam a registar taxas de pobreza mais elevadas (23,5%) do que as cidades densamente povoadas (17,5%). No entanto, a maioria das pessoas em situação de pobreza vive em contextos urbanos.

No continente português, a península de Setúbal consta como a região mais vulnerável, com um índice de 21,8%.

Rubrica satírica



Conde da Musgueira*

Açores: Manso senhorial

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores decidiu levantar a imunidade parlamentar ao líder do Chega, José Pacheco, para que este possa responder como arguido num processo “relacionado com faturação indevida de despesas do partido”.

José Pacheco deve estar radiante por lhe ter sido retirada a imunidade parlamentar para que possa, em nome da tão proclamada transparência, resolver o caso de que é acusado.

O partido que lança vídeos com títulos como “Chega defende mais transparência na Povoação”, “Chega quer acabar com a corrupção na Lagoa” ou “vamos limpar Vila Franca do Campo”, entre muito outros, provavelmente quer limpar o nome do seu líder, mostrando que a transparência abunda dentro do seu partido e que qualquer suspeição de corrupção não passa de pura imaginação.

Mais papelinho, menos papelinho, o que interessa é manter a cabeça à tona e ter as malas sempre prontas para novas viagens e novos voos na política.

Que venham muitas jantaras de convívio partidário, sempre bem regadas com a devida transparência na hora das contas.

Eu, como Conde da Musgueira, também lidero o meu Feudo de forma exemplar e com total transparência: eu cobro e usufruo dos impostos da talha (uma parte da produção do servo) e da corveia (trabalho obrigatório nas terras do senhor) que me devem os servos e plebeus.

Nestas coisa de análise política do Feudo, enquanto Conde, tenho sempre a tendência para me deixar guiar por Deus. Por isso, deixo a seguinte reflexão: “Quem subirá ao monte do Senhor ou quem estará no seu lugar santo? Aquele que é limpo de mãos e puro de coração, que não entrega a sua alma à vaidade, nem jura enganosamente.” (Salmos 24:3-4 ARC)

* Capitão Donatário da Bananalândia

* Membro da Ordem dos Insurgentes

